Marcos Cezar de Freitas (Org.)

História Social da Infância no Brasil

9ª edição
revista e ampliada

Carlos Monarcha | Fúlvia Rosemberg
Gilberta Jannuzzi | Ivan Russeff
Irene Rizzini | José Geraldo Silveira Bueno
Livia Vieira | Maria Luiza Marcilio
Marisa Lajolo | Mariza Corrêa
Marta M. Chagas de Carvalho | Miriam L. Moreira Leite
Mirian Jorge Warde | Sabrina Celestino

História Social
da Infância no Brasil

Marcos Cezar de Freitas (Org.)

História Social da Infância no Brasil

9ª edição
revista e ampliada

Carlos Monarcha | Fúlvia Rosemberg
Gilberta Jannuzzi | Ivan Russeff
Irene Rizzini | José Geraldo Silveira Bueno
Livia Vieira | Maria Luiza Marcilio
Marisa Lajolo | Mariza Corrêa
Marta M. Chagas de Carvalho | Miriam L. Moreira Leite
Mirian Jorge Warde | Sabrina Celestino

Como organizador de *História social da infância no Brasil* gostaria de dedicar este trabalho a Leilinha, ao Artur e a Júlia.

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 9ª EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA

Apresentamos mais uma edição do livro *História social da infância no Brasil*.

Este livro foi concebido no início da década de 1990, e a obtenção de recursos institucionais para levar a efeito sua publicação consolidou-se em 1995, proporcionando a primeira impressão em 1996, há vinte anos, portanto.

A publicação deste livro resultou dos esforços do Instituto Franciscano de Antropologia — IFAN, que naquele contexto estimulava o debate sobre a experiência cotidiana de "ser criança" no Brasil e, principalmente, sobre a construção social da infância.

O esforço institucional do IFAN surtiu bons efeitos e fez com que este livro se tornasse o primeiro de uma trilogia, seguido pela publicação de *Os intelectuais na história da infância* (2002) e *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude* (2006).

Como se percebe, o livro *História social da infância no Brasil* está inserido num processo que há quase três décadas discute de forma plural criança e infância, palavras que estão em permanente estado de reapropriação e que são, muitas e muitas vezes, tomadas equivocadamente como se fossem sinônimas.

Na apresentação do segundo livro da trilogia, *Os intelectuais na história da infância*, essa questão foi destacada:

> (...) Podemos compreender a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o

> próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive essa fase da vida. A história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade e a história da criança seria a história da relação das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e a sociedade. Mas a opção por uma ou outra perspectiva é algo circunscrito ao mundo dos adultos, os que escrevem as histórias, os responsáveis pela formulação dos problemas e pela definição das fontes a investigar. (Freitas e Kuhlmann Jr., 2002, p. 7).

A infância é um tempo social, a criança é agente, protagonista nas tramas do cotidiano.

Nas formas de explicar o que é um tempo, nas lutas para defini-lo, nos conceitos mobilizados para estabelecer parâmetros de começo e fim, estamos nos referindo às guerras de representações, como diria Pierre Bourdieu.

Se em dado momento usamos infâncias no plural e destacamos com isso diferenças expressivas na experiência de ser criança, estamos reivindicando certa perspectiva e recusando outras.

Se alguns evocam a infância como estrutura enquanto outros se aproximam da "agência" das crianças, procurando por elas no momento mesmo em que se fazem e se configuram, estamos nos referindo às diferenças teóricas, epistemológicas, políticas, ideológicas, enfim, estamos mais uma vez lembrando (algo que é bastante familiar aos antropólogos) que aquele que diz em certo sentido cria, simultaneamente, a forma do que é descrito e a essência de quem descreve.

Portanto, se este livro se apresenta como história social da infância, isso diz respeito à história das representações do tempo, no caso do tempo de ser criança e das formas sociais que o tempo adquire, especialmente quando institucionalizado. E não somente diz respeito às recriações do tempo social nas formas institucionais. Também quer mostrar que são representações as idades e as fases e que estão em permanente estado de reconfiguração na constituição relacional das gerações.

A história social da infância também diz respeito à elaboração do "específico" dos saberes e disciplinas que se dedicam a narrar (e inventar) o que é uma criança.

Os adjetivos que acompanham a palavra criança são indícios da construção da "autoridade" de quem se pronuncia. A criança tem sido acompanhada de palavras como "normal" ou "anormal", "saudável", "deficiente", "hiperativa", "agressiva", "inteligente" etc., e essa adjetivação faz parte, como diria Raymond Williams, do repertório de palavras-chave com o qual também podemos ler a ação dos homens no tempo e no espaço.

Palavras podem indicar perspectivas e intenções analíticas que entrelaçam a criança ao tecido social, como "criança pobre".

Muitas palavras demonstram autores atentos às tensões sociais, às violências e às estratificações econômicas que indicam a incidência das desigualdades sobre a vida das crianças analisadas.

Estamos nos referindo, dessa maneira, a um universo múltiplo, incomensurável, e que se recria incessantemente.

Nos vinte anos que se passaram desde o lançamento da primeira edição, a leitura dos capítulos deste livro com alunos da graduação e da pós-graduação seguidamente mostrou a importância de "desnaturalizar" as palavras infância e criança, evitando que os alunos incorressem no erro de supor que infância é simplesmente um conceito que se aprende e se aplica (ainda que muitas disciplinas tenham se configurado historicamente à custa tanto da definição quanto da aplicação) e de também supor erradamente que criança é somente a palavra com a qual são indicadas dimensões corporais específicas. Ou seja, este livro é parte de um processo que estimulou alunos a pensar o tempo como representação e o corpo e as corporalidades também como construções sociais.

Nesse processo, desnaturalizar exigiu sempre perguntar: desde quando? por quê?

Este livro, ou melhor, a trilogia na qual se insere, tem "parentesco político" com o trabalho levado a efeito por Irene Rizzini, do

qual resultou a publicação de textos fundamentais para a história social da infância no Brasil, entre eles *A criança e a lei no Brasil* (2002); *Acolhendo crianças e adolescentes* (2007); *O século perdido* (2008); *A arte de governar crianças* (2009), escritos individualmente ou com a parceria com expressivos estudiosos da infância.

Em relação à criança, a sociedade brasileira discutiu intensamente os temas proteção e direitos desde a década de 1980, ou seja, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira e no bojo da construção conflituosa não somente da democracia, mas do Estado de direito e dos dispositivos de atenuação dos efeitos de um país que passou a ser uma sociedade salarial sem deixar de ser uma casa grande.

Mas é necessário reconhecer que o tema proteção muitas vezes foi (e é) evocado como se fosse um conceito "natural" ou sem história.

Evoca-se proteção como dado pronto, aplicável quando se tem leis adequadas (e obedecidas) e ausente na igual ausência da lei ou no descumprimento de suas regras.

Também são recorrentes as referências à (des)proteção da criança com base na defesa da conscientização ou esclarecimento sobre vulnerabilidades, do que se depreende que muitos argumentos simplesmente deduzem que crianças são/estão desprotegidas "por falta" de consciência ou de esclarecimento.

Pois se temos algo a celebrar no momento em que percebemos a circulação crescente de livros relacionados aos temas criança e infância no Brasil é justamente o fato de que muitas dessas publicações evidenciaram que a palavra proteção também deve ser submetida ao exame crítico para que seja possível indagar a respeito da construção de seus sentidos.

Em outras palavras, é necessário reconhecer que muitas vezes tem sido possível estudar a situação penosa de crianças e experiências de sofrimento individual e coletivo desvelando modos diferentes de apropriação da palavra proteção.

Assim, devemos reconhecer que na história das instituições de caridade, filantropia, confinamento etc. se reconhece a sociedade

brasileira exigindo proteção, mas proteção em relação às crianças, e não para elas.

Aproximando as lentes, percebemos que a criança pobre foi objeto de inúmeros cuidados institucionais e legais que foram articulados com o mote da proteção da criança pobre em relação aos seus familiares; da propriedade privada em relação à "propensão" ao crime e à marginalidade, e assim por diante.

Por isso, é necessário sempre debater com alunos que palavras como proteção e direitos historicamente foram usadas mais vezes contra a criança do que a seu favor, com claras clivagens de classe, cor, gênero e origem.

Portanto, a história social da infância no Brasil não é a história de um tempo "sem proteção" que se move linearmente até a chegada de um tempo "com proteção".

Trata-se da história de um cotidiano em que sempre fez diferença para cada criança a impregnação das desigualdades sociais nos contornos de sua existência.

Por isso, quando determinados fatos são reconhecidos como relevantes para o estudo da história social da infância no Brasil, percebe-se que essa relevância foi legitimada porque simultaneamente tornou-se possível perceber a luta de mulheres (sem as quais a história da infância resta sempre superficial) e a luta dos movimentos que reivindicavam a universalização de acesso a bens, espaços e instituições.

Exemplos significativos podem ser recolhidos no mesmo cenário em que foi possível articular o projeto que deu origem à trilogia que tem neste *História social da infância no Brasil* o primeiro volume.

A Constituição Federal promulgada em 1988, por exemplo, reconheceu que crianças de zero a seis anos de idade também são sujeitos de direito, e isso incidiu fortemente sobre os direitos educacionais dessas crianças, abrindo novo capítulo no âmbito da educação infantil brasileira.

No processo de regulamentação desses direitos a "mudança de sentido" ficou mais clara. A Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, reafirmou a educação infantil como primeira etapa da educação básica do país.

Mas sem dúvida, foi na aprovação da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que a criança e o adolescente foram representados mais densamente como protagonistas na e da sociedade e mencionados não mais como "menores" de uma lógica policialesca que até então abordava pessoas como potenciais presos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, na realidade materializou o conteúdo dos artigos 227, 228 e 229 da Constituição Federal de 1988, artigos que acolhiam e sintetizavam lutas de mulheres, movimentos sociais e inúmeras militâncias de extração popular que direta ou indiretamente assumiam questões relacionadas às integridades física, emocional e intelectual da criança.

A Constituição estabeleceu:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
>
> § 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais (...)
>
> § 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.
>
> Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial (...).

O ECA ganhou substância e sentido na dinâmica de regulamentação dos direitos reconhecidos constitucionalmente. Na soma dos reconhecimentos de direitos emanados da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente é que conseguimos entender a presença de dispositivos institucionais como o Conselho

Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA); o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e os Conselhos Tutelares.

Mas vale reforçar o argumento de que o ECA ocupou um espaço jurídico antes ocupado pelo Código de Menores que foi concluído em 1926 e complementado com o Decreto n. 17.943-A de 1927, que regulamentava a assistência e a proteção aos menores. Esse Código de Menores foi complementado em 1964 com a Lei que criou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e reformado no Código de Menores de 1979, o que, no todo, representa décadas de associação entre a criança pobre e os riscos de instabilidade social.

Portanto, o ECA foi e é um considerável avanço político.

Mas a história social da infância não está circunscrita à história das leis relacionadas às tutelas, repressões ou aos reconhecimentos de direitos e garantias cidadãs.

Trata-se de uma história que exige também atenção à criança como objeto de disputa, principalmente científica e intelectual.

O tema da criança como objeto de ciência, especialmente na construção dos saberes que plasmaram a constituição da psicologia, da pedagogia, da pedologia, da puericultura no Brasil, bem como o tema dos saberes que aproximaram antropologias pedagógicas e antropometrias de extração médica e jurídica das práticas de escolarização têm na extraordinária obra histórica produzida por um dos coautores deste livro, o professor Carlos Monarcha, um guia erudito e muito denso para se entender como as palavras criança e infância estiveram e estão em permanente processo de ressignificação (entre muitos títulos do autor conferir especialmente Monarcha 1997; 2005; 2009; 2010a; 2010b; 2010c).

A história social da infância é sempre, portanto, uma obra em aberto, com caminhos que só se confirmam caminhando.

Para essa 9ª edição revista e ampliada acrescentamos as contribuições de Irene Rizzini e Sabrina Celestino para dar ao livro mais

uma perspectiva a respeito das estratégias de confinamento praticadas contra crianças no Brasil.

Acrescentamos também as contribuições de Lívia Maria Fraga Vieira a respeito dos temas creche e educação infantil, sem dúvida questões que estiveram (e estão) no coração das tensões que se associaram à consolidação dos direitos de cidadania das crianças pequenas.

Esta 9ª edição que vem a público vinte anos após o lançamento da primeira edição é motivo de alegria e grande contentamento. Mas este é também momento para registrar nosso pesar.

Não estão mais conosco Fúlvia Rosemberg e Miriam L. Moreira Leite, reconhecidas pesquisadoras e queridas amigas. A luminosidade de seus escritos, pensamentos e, principalmente, de suas atitudes diante do mundo permanece clareando e inspirando a todos nós.

Referências

FREITAS, M. C.; KUHLMANN JR. M. (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREITAS, M. C. (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006.

______ (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1996.

MONARCHA, C. *Lourenço Filho*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 2010a.

______. Estilos de psicoclínicas: livrar a infância dos embaraços psíquicos (1930-1940). In: RODRIGUES, E. (Org.). *História da infância no Brasil*. Maringá: EDUEM, 2010b.

______. Serviço de psicologia aplicada. In: JACO-VILELA, A. M. (Org.). *Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil.* Rio de Janeiro e Brasília, Editora Imago e Conselho Federal de Psicologia, 2010c. p. 394-96.

MONARCHA, C. O triunfo da razão psicotécnica: medida humana e equidade social. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 129-41.

______. *Lourenço Filho*: outros aspectos, mesma obra. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). *A arte de governar crianças*. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I. (coord.) *Acolhendo crianças e adolescentes*: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

______. *A criança e a lei no Brasil*. Rio de Janeiro: Unicef e CESPI, 2002.

______. *O século perdido*. São Paulo: Cortez, 2008.

PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO

O livro *História social da infância no Brasil* chega à terceira edição, felizmente, com uma trajetória de reconhecimento e de boa acolhida junto a acadêmicos do Brasil e do exterior.

É digno de destaque o fato de que o livro, enquanto projeto do Núcleo de História Social da Infância, do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação, da Universidade São Francisco, agregou inúmeros investigadores interessados na pesquisa e no estudo acerca da formação de campos intelectuais e de duas repercussões na produção e disseminação de representações sobre a infância na sociedade.

Desde seu lançamento, os "territórios" das disciplinas e dos campos intelectuais tornaram-se espaços cartográficos importantes para aqueles que, a contar do projeto inicial, perceberam a fertilidade presente no intento de se "mapear", constantemente, as mutações que o trabalho intelectual opera em relação ao objeto infância; não olvidando a importância desses movimentos analíticos para a renovação da história e da historiografia da educação infantil.

Nesta edição foi acrescentado um capítulo que é, de certa forma, uma consequência das discussões realizadas por ocasião dos muitos eventos nos quais o livro foi debatido. Trata-se de um (breve) capítulo sobre as representações da criança ou, mais especificamente, da violência simbólica contra ela nos domínios de parte do pensamento social brasileiro.

Esta terceira edição quer trazer a público o agradecimento a todos os acadêmicos cuja acolhida generosa possibilitou a disseminação dos projetos do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação. É importante anunciar, também, que o projeto História Social da Infância está em pleno andamento. Está em preparação, com o auxílio de pesquisadores do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Argentina, o volume "Os intelectuais e a educação da infância". Portanto, até breve.

Marcos Cezar de Freitas